



SERVIÇO SOCIAL E ADOÇÃO HOMOPARENTAL: Discutindo o papel da profissão na garantia de direitos sociais no século XXI.

Gleudson Alves Pantoja¹
Mayra Ferreira Ramos²

Resumo: O trabalho busca dar continuidade a discussão sobre o processo de adoção de filhos por casais do mesmo sexo (adoção homoparental), iniciada no artigo intitulado “HOMOFOBIA, DIREITOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: experiências de extensão universitária no Programa Luamim/UFPA”, apresentado na V Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP/MA; relacionar dados coletados em pesquisa junto a alunos e profissionais de Serviço Social, no corrente ano, com outros coletados em enquête realizada em uma praça pública em Belém do Pará, em 2010 – em ambos os levantamentos se buscou conhecer o que pensam os entrevistados a respeito de aspectos relacionados à homossexualidade como a união civil e a adoção homoparental; discutir a importância da abordagem do tema com os estudantes de Serviço Social e com a categoria dos assistentes sociais de modo a possibilitar uma apreensão da visão desses atores, tanto no processo de formação profissional, quanto no contato com os usuários dos serviços sociais; uma vez que nesse último caso a metodologia profissional e o compromisso ético-político da categoria presumem a garantia dos direitos dos indivíduos sem distinção de qualquer natureza, tal qual a Constituição Federal brasileira. Oferecer elementos novos para uma (re) discussão da metodologia do Serviço Social na área sócio-jurídica e, estabelecer um canal de diálogo com o movimento LGBT de forma a qualificar a intervenção profissional do assistente social relacionada a adoção, bem como para contribuir com a produção teórico-metodológica do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social, Adoção homoparental, Família

¹ Mestrando de Serviço Social/UFPA. gleudsonpantoja@gmail.com.

² Graduanda de Serviço Social/UFPA. mfr_mayra@hotmail.com.

Amor não tem sexo.

Esta, ainda que pareça ser uma afirmativa chocante, é absolutamente verdadeira. O amor não tem sexo, não tem idade, não tem cor, não tem fronteiras, não tem limites.

O amor não tem nada disso, mas tem tudo. Corresponde ao sonho de felicidade de todos, tanto que existe uma parcela de felicidade que só se realiza no outro. Ninguém é feliz sozinho. Como diz a música, é impossível ser feliz sozinho, sem ter alguém para amar. (Berenice DIAS)

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vivencia um momento histórico de surto de violência que atinge e mata preferencialmente a juventude e assustadoramente mais, a juventude negra. Mas, mesmo sendo alvo preferencial do genocídio juvenil em decorrência dessa alarmante crise, a juventude negra não é a única vítima nessa barbárie. Essa onda de violência se ramifica para diversos segmentos da sociedade, jovens ou não mulheres e homossexuais têm sido, também, atropelados pela intolerância, coagidos e usurpados de seus direitos e, expostos a uma série de manifestações brutais de atentado à vida e aos demais direitos e garantias elencadas na constituição federal, o que evidencia fragilidades nos mecanismos de combate a cultura de violência e de promoção de uma cultura de paz; embora, os esforços nesse sentido tenham aumentado consideravelmente nos últimos anos, devido entre outras coisas ao fortalecimento e à consolidação no meio social de bandeiras e reivindicações dos movimentos sociais como o LGBT e às ações do Estado em resposta a tais reivindicações.

Os temas relacionados aos direitos humanos, talvez, nunca tenham sido tão debatidos e estado tão presentes nas agendas da sociedade brasileira, seja na esfera institucional ou dos movimentos sociais. A justificativa para isso é sem dúvida a crescente pressão insurgida no centro da organização social (crescimento e fortalecimento da sociedade civil), buscando alterar visões e comportamentos sociais em relação à diversidade e pluralidade do povo brasileiro por meio de uma reeducação da população e superação de preconceitos que incidem, inclusive, sobre decisões estatais. É salutar ainda, destacar o momento político pelo qual passa a sociedade a nível global. A elucidação dos indivíduos é certamente um traço singular da conquista de direitos e nós brasileiros vivemos a concretização de caminhar a passos largos rumo à “totalidade” de tal predicação.

O povo brasileiro está aprendendo que neste contexto tem a oportunidade de avançar com a participação, a democracia criando nova cultura de gestão social capaz de atender as demandas e necessidades da maioria do povo brasileiro, com um desenvolvimento capaz de descentralizar poder político e riquezas. Este está sendo um ensaio que levará os avanços

necessários para transformações mais radicais, cabendo a sociedade civil se fortalecer para garantir uma nova gestão social e um novo modelo de desenvolvimento. (sic) (NASCIMENTO, 2011)

Mesmo com a perspectiva e até concretização de avanços em relação a garantir acesso de parcelas excluídas aos direitos e políticas sociais, alguns setores da sociedade relutam em não compreender a fase histórica que vivenciamos e persistem na promoção da intolerância e do preconceito contra homossexuais e tudo que se relacione a esse segmento. Por esse motivo a atenção a assuntos como a adoção homoparental são inegavelmente relevantes para o ambiente profissional, particularmente, para o espaço de prática do assistente social, posto ser esse espaço privilegiado para o diagnóstico de situações problemas que por sua vez contribuem para a formulação do saber aplicado a solução de questões como a supracitada.

Dito isso, cumpre pontuar a exitosa experiência da prática da pesquisa junto a acadêmicos de Serviço Social, que possibilita a aproximação com temas do cotidiano social, com as lutas dos sujeitos de direito por melhores condições de vida. Furar os muros da universidade tem sido o principal objetivo do novo modelo de construção do conhecimento na atualidade. Podemos apontar nesse sentido as experiências do Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), criado em 1994 como resultante da articulação política *das experiências de estágio supervisionado a projetos de extensão universitária*, que buscou consolidar o campo da educação, da cultura e do lazer, *como um campo de interesse teórico e profissional para os assistentes sociais*; o Programa Luamim: peças interventivas na realidade que busca integrar as técnicas do Serviço Social, da arte e da comunicação social em ações extencionistas em bairros de Belém, dentre outros. Além da organização de grupos no interior da universidade com o intuito de debater assuntos diversos muitos dos quais com um caráter acentuadamente político e que geralmente incidem sobre a sociedade, como é o caso da sexualidade em suas várias formas de expressão.

Não é de hoje que a relação homossexual é tema de muitos autores. Michel Foucault (2007), por exemplo, em “História da Sexualidade” expõe essa preocupação explicitando os problemas que a repressão ao sexo e/ou às suas formas de expressão, pode causar. No Brasil, esse assunto que instiga as reflexões da sociedade causando sempre muita polêmica, devido entre outras coisas ao machismo presente na sociedade e, também, pela progressão institucional da questão que adquiriu nos últimos anos outro nível de discussão frente ao alargamento de conquistas do movimento LGBT e de

organizações de defesa dos direitos humanos que defendem a união civil e a adoção de filhos para casais do mesmo sexo; caso dos projetos que tramitam no congresso nacional e, das medidas adotadas pelo governo brasileiro para esse segmento e que mesmo limitadas somam-se a conquistas alcançadas recentemente, como a decisão da suprema corte nacional que equipara o direito a união estável entre héteros e homossexuais.

A adoção homoparental é o processo de adoção de filhos por casais homossexuais. Discutida por vários autores e autoras no Brasil e no mundo, com diferentes nuances e abordagem variada de acordo com a especificidade de cada país, converge em algo similar: a preocupação com a constituição do sujeito em formação; suas necessidades, vontades e peculiaridade biopsicossocial; sua vida e a importância que adquirir no contexto geral da formação familiar e social são não por acaso centrais no cenário que se desenha ao redor da referida pauta.

Em Belém, buscamos saber no ano de 2010, entre os frequentadores de uma praça popular (Praça da República), e no ano de 2012, entre a comunidade acadêmica de Serviço Social (alunos e professores) da Universidade Federal do Pará/UFPA, bem como entre os assistentes sociais presentes na 49ª Semana do Assistente Social do Pará, realizada nesta universidade, o que pensam seus habitantes a respeito da adoção homoparental. E se, se configura nessa população (amostral) a tese de Fonseca (2002, apud MACHADO, 2005: 3), que diz não haver existência na sociedade atual de um modelo homogêneo ou hegemônico quando se busca compreender as formações familiares predominantes. Para ela *“o modelo atual é uma extensão do ideal de família preconizado na modernidade, que enfatiza o amor romântico, o matrimônio ideal e o afeto como base da vida familiar”*. Com a inserção de tais valores, outros padrões de famílias antes rejeitados passaram a ocupar um espaço legítimo no cotidiano da vida social.

2. PESQUISA, MÉTODO E DISCUSSÃO

O estudo sistematizou bibliografia relacionada ao tema, análise crítica do material coletado nas leituras e elaboração de textos para apresentação em eventos científicos. O método dialético orientou o desenvolvimento da pesquisa, assim como a interpretação dos dados na realidade social. Foram aplicados cem (100) questionários semi estruturados, no ano de 2010 e, 68 questionários, no ano de 2012, com perguntas variadas sobre dados de identificação socioeconômica referentes à faixa etária, sexo, cor, estado civil, grau de instrução, religião, etc. A maioria das perguntas eram objetivas, sendo que uma das interrogações requereu resposta objetiva/subjetiva, posto

que julgou-se necessário a justificativa à resposta. Em 2010, a aplicação foi realizada na Praça da República, região central de Belém, no domingo, 11 de Julho, pela manhã, por duas alunas do primeiro ano e um aluno do último ano do curso de Serviço Social da UFPA, todos integrantes do quadro de estagiários voluntários do Programa Luamim/UFPA. Em 2012, os questionários foram aplicados na Universidade Federal do Pará/UFPA, e se aproveitou os horários do evento alusivo ao dia do assistente social (15 de maio), no dia 17 de maio, demarcado como “Dia Internacional de Combate a Homofobia”, pelos autores deste trabalho. Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente dentre os frequentadores da referida praça e dentre os participantes do referido evento, no entanto, buscou-se variar a relação entre faixa etária e sexo nos questionários aplicados no ano de 2010, de modo a tornar a pesquisa o mais representativa possível. O que não foi possível fazer em 2012, dada a especificidade do público presente na semana do assistente social do Pará, que era predominantemente feminino e com idade bastante diversificada.

A pesquisa-ação possibilitou sistematizar dados relevantes em relação à opinião dos moradores de Belém sobre a temática da homofobia. Em 2010, dentre outras coisas, constatou-se que, a maioria dos entrevistados (as) (30), possuía idade entre 30 e 39 anos, enquanto que 24 tinham entre 18 e 24 anos; 59 eram solteiros (as) e 32 casados (as); 47 se alto declaram de cor parda e 30 de cor preta, sendo que 12 se declaram de cor branca; em relação à escolaridade, a maioria (37) possuía nível médio completo, 21, nível superior completo e 18, superior incompleto, sendo que os analfabetos somaram 3; os de religião católica eram 67, evangélico/protestante somaram 16, sem religião eram 10, enquanto os que se disseram espíritas eram 5. A maioria (56) disse saber o que é homofobia, concordar com a união entre pessoas do mesmo sexo (54), acreditam que os pais influenciam na opção sexual de seus filhos (67), votariam em um candidato homossexual ou que defenda a causa (69); não vêem problema no fato da mídia dá publicidade a manifestações como a parada gay (67), e concordam que os homossexuais podem exercer qualquer profissão (95). Os que concordam com a adoção de filhos por casais homossexuais somaram 61 e 38 entrevistados disseram ser contrários a essa questão. Todos justificaram a pergunta sobre a possibilidade de adoção de filhos por casais do mesmo sexo, de onde podemos inferir que a maioria das respostas favoráveis foram sustentadas em valores morais e em concepções sobre os direitos humanos. Enquanto que as contrárias baseavam-se em sua maioria em valores morais e religiosos.

Em 2012, dos 68 entrevistados 53 eram graduandos de Serviço Social, cursando diferentes semestres e, 15 eram profissionais, sendo 14 de Serviço Social e um/a (1) de pedagogia. Dentre os graduandos 21 possuem idade entre 18 e 24 anos, 16 entre 25 a 29 anos, 9 tem de 30 a 38 anos, um (1) tem entre 50 e 59 anos e 2 não disseram a idade; entre os profissionais 2 tem de 18 a 24 anos, 3 possuem idade entre 25 e 29 anos, 8 tem entre 30 e 39 anos, um (1) tem de 50 a 59 anos e, um (1) tem 60 anos ou mais. Apenas 2 graduandos são do sexo masculino e 51 são do sexo feminino, dentre os profissionais todos os 15 entrevistados são do sexo feminino. Em relação ao estado civil, 39 dos graduandos são solteiros (as), 7 são casados(as), 3 moram com companheiro(a), um (1) é desquitado(a) e, 3 são divorciados(as); dos profissionais 6 são solteiras, 8 casadas e uma (1) é desquitada. 14 graduandos se alto declararam da cor preta, 9 da cor branca, 3 da cor amarela, apenas um se declarou indígena, 25 disseram ser pardos e um (1) não respondeu; a maioria dos profissionais (7) se declarou da cor parda, 2 da cor preta, 3 da cor amarela e 1 não disse. A maioria (53) dos entrevistados possui o nível superior incompleto (graduandos), 15 se identificaram como profissionais, portanto, com o ensino superior completo. Os profissionais de religião católica são 8, já graduandos são 29, um (1) profissional é da religião protestante enquanto entre os graduandos são 14, 3 graduandos e um (1) profissional são da religião espírita, um (1) aluno se declarou ateu, um profissional citou mais de uma religião e, 3 graduandos e 4 profissionais não disseram a sua religião. Todos os profissionais disseram saber o que é homofobia, enquanto, apenas um (1) graduando disse não saber; 44 graduandos e 14 profissionais concordam com a união civil entre pessoas do mesmo sexo enquanto 9 graduandos e um (1) profissional não concordam; 23 graduandos e 10 profissionais acreditam que os pais influenciam na opção ou orientação sexual de seus filhos e 30 graduandos e 5 profissionais acreditam que não influencia; 41 graduandos e 14 profissionais votariam em um candidato homossexual ou que defenda a causa e 12 graduandos e um (1) não votariam ; 43 graduandos e 13 profissionais são de acordam que a mídia dê publicidade a manifestações como a parada gay e 10 graduandos e 2 profissionais não concordam; 52 graduandos e todos os profissionais concordam que os homossexuais podem exercer qualquer profissão, enquanto que um (1) graduando considera que não; **39 graduandos e 12 profissionais concordam com a adoção de filhos por casais homossexuais**, enquanto que 12 graduandos e 3 profissionais não concordam, sendo que 2 profissionais não responderam ou não possuem opinião formada a respeito.

Enquanto a pesquisa evidencia um entendimento favorável da população entrevistada (61 entrevistados, na pesquisa de 2010 e, 51 na pesquisa de 2012 - dentre o total - concordam com a adoção homoparental), em relação ao tema abordado neste trabalho, na maioria das famílias brasileiras a relação ainda é patriarcal, embora muitos autores como Castells acreditem no enfraquecimento desse modelo familiar. Esse autor nos diz que a família tem sofrido mudanças significativas no que se refere à eliminação do modelo patriarcal que "caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar" (CASTELLS, 1999, p. 169, apud MACHADO, 2005: 2). Isso se deve em grande parte, às mudanças ocorridas na esfera da organização e divisão sócio-técnica do trabalho, que nos últimos períodos ampliou a participação das mulheres no mercado e inverteu a lógica do poder econômico na estrutura familiar, contribuindo assim para o enfraquecimento do padrão burguês de família.

Deferimos com base em Machado (2005), existem outras classificações do padrão de família que implicam diretamente na organização cultural dessa e, portanto, na visão de mundo que seus indivíduos desenvolvem inclusive no que concerne ao espaço e a forma, bem como as relações e nestas as expressões da sexualidade. A família nuclear ou extensiva é representada por pai, mãe e filhos, por vezes, considerada parte integrante de uma mesma família alguns parentes próximos.

No caso da sociedade amazônica, costumes advindos da cultura indígena transformam a família em verdadeiras tribos, reconhecendo-se como membros até aqueles menos próximos, vinculados por relações diversas. Nesse modelo familiar já predomina a dimensão ideológica matriarcal, posto que a relação se dá através da mulher e não do homem amazônico. É perceptível na atualidade o fato de a sociedade rejeitar relações sexuais e afetivas que fogem ao seu padrão. E isso ocorre há muito tempo e também é tema recorrente de vários autores que ao longo de anos refletiram a organização da sociedade e sua relação com as manifestações da sexualidade.

Segundo Michel Foucault o sexo para o padrão capitalista é um dano incomensurável, pois determina a utilização da preciosa força de trabalho na promoção do prazer, criando mais um obstáculo à racionalização do processo produtivo. Vale dizer que o pensamento do autor sofreu modificações importantes, sobretudo no que diz respeito ao uso do sexo pelo capitalismo sem, contudo perder seu foco principal. Encontraremos, por exemplo, em um de seus escritos que a relação de exploração dos desejos sexuais outrora reprimidos, ganha cada vez mais uma dimensão econômica e se

alastra pela sociedade atual conduzindo ao apogeu a indústria do sexo. Subterfúgios a padronização, fetiches ou simples desejos são alvos da lógica mercadológica, o que por sua vez não exclui a matriz repressora da sexualidade. Ao contrario é importantíssimo se manter sob vigilância a sociedade, regrada e pudorisada, inclusive produzindo e possibilitando o acesso aos bens sexuais a que está sujeita, para que o instrumento regulador continue vigente na estrutura matricial das populações globais – o desejo ganha assim, dimensões internacionais, pois, se instala no orbe do mundialismo contemporâneo das necessidades do ser humano, onde todas as coisas são globais e o local permanece sujeito as invasões bárbaras (FOUCAULT, 2007).

A homossexualidade encontra-se aí situada, na condição de demanda a ser contemplada pela conexão dos interesses do capital e do indivíduo. Quando deveria ser encarada como um elemento constituinte da composição social e que como tal precisa ter atendidas suas necessidades e especificidades. Quando isso não ocorre surgem questões e fatores preocupantes que causam desconforto para a população como um todo, envolvendo processos conturbados que poderiam ser evitados caso o viés heterossexual não se colocasse como um aspecto superior nas relações entre pares. Isso tem despertado a atenção de vários profissionais principalmente das áreas de humanas e sociais como o Serviço Social, a Psicologia e o Direito para as conseqüências provenientes do mau entendimento acerca da condição humana e dos direitos de indivíduos homossexuais – como a necessidade e direito de constituir família.

Para Pantoja (2010), essas profissões têm a obrigação de responder as demandas impostas pela dinâmica social e devem fazê-lo buscando aprimorar seus conhecimentos a respeito de tais temas de forma a alcançar uma qualificação que suplante o conhecimento comum e contribua para a formação de novos indivíduos. Muitas questões com as quais nos deparamos no ambiente escolar:

(...) como o despertar da sexualidade, que pode, sem a orientação educativa necessária, desencadear uma cadeia de problemas como a gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, aborto clandestino, conflitos familiares, doenças de ordem psicológica, afastamento dos estudos, inserção precoce no mercado de trabalho, violência, dentre outros precisam de respostas satisfatórias e o Serviço Social possui material para contribuir na solução (PANTOJA, 2010: 88)

O modelo econômico e as transformações ocorridas na sociedade ao longo dos tempos, especialmente no ultimo período com a caracterização da pós-modernidade, resultou na perda de inúmeros traços característicos que por esse motivo deram uma nova identidade ao sujeito moderno e modificaram consubstancialmente uma gama de

valores éticos, morais e religiosos, traduzindo o homem no que podemos chamar de sujeito fragmentado do século XXI.

3. CONCLUSÕES

A maneira como assuntos polêmicos são tratados pela sociedade brasileira, são sem dúvida reflexos de uma formação social complexa e plural. No entanto é inegável que a propensão a pensamentos conservadores são a causa de muitos entraves para a solução de problemas seculares de nossa sociedade como é o caso da miséria, da corrupção e (por que não), das questões inerentes aos relacionamentos sociais.

A formação cultural e, sobretudo, religiosa da maioria das famílias brasileiras, contribui significativamente para a sobrevivência do preconceito em relação à homoafetividade, o machismo com o qual os pais se relacionam com seus filhos e filhas, sempre pontuado as divisões de gênero em gestos e comportamentos previamente aceitos no meio social e que podem determinar quem manda e o que pode fazer, assim como, as implicações econômicas que podem, por exemplo, influenciar as atitudes do universo capitalista em relação a aceitação de casais homossexuais em ambientes antes lícitos apenas para heterossexuais, são alguns fatores que vem sendo evidenciados com a crescente ampliação dessa discussão nos diversos ambientes por onde perpassam os rumos da sociedade. Logo, é importante refletir sobre a união civil de casais homossexuais, o processo de adoção de filhos nas relações ditas homo-afetivas, na criminalização da homofobia dentre outras ferramentas que caracterizam-se como canal de diálogo entre a comunidade LGBTT e a sociedade como um todo, no intuito de fomentar o debate acerca das influências bio-psicosociais sofridas pelo indivíduo em sua relação familiar e comunitária, como as limitações jurídicas, sociais e econômicas impostas a essa forma de expressão da sexualidade a um cada vez mais possível, “novo modelo familiar” dada a conjuntura vivida pela sociedade atual.

Portanto, é condição *si ne qua non* na atualidade a necessidade de formar cidadãos realmente compromissados com a promoção da qualidade de vida e com o bem estar social. Nesse contexto entender as alterações pelas quais passa a sociedade em seus modelos sociais de relacionamento e principalmente no que se refere às relações homo-afetivas e a composição familiar homoparental adquirir papel central, pois será a partir de uma compreensão madura e em consonância com as reais necessidades individuais e coletivas que se verificarão avanços substanciais na sociedade em termos gerais e específicos e sob aspectos primordiais como econômicos, políticos, culturais e evidenciadas em questões pontuais como a sexualidade.

4. REFERENCIAS

CASTELLS, M. O poder de identidade. In MACHADO, Hilka Vier. Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acessado em: 28/04/2011.

DIAS, Maria Berenice. Amor não tem sexo. In: Site Maria Berenice Dias. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/pdf>. Acessado em 8/06/2012.

FONSECA, C. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea, Comunicação apresentada no Congresso Internacional Pesquisando a família. In MACHADO, Hilka Vier. Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acessado em: 28/04/2011

LUAMIM: Peças Interventivas na Realidade. Programa de Extensão e Pesquisa. Belém: LUAMIM. 2006. Digitado.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MACHADO, Hilka Vier. **Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares**. Psicologia em estudo. vol.10 n° 2. Maringá/PR. Maio/Ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acessado em: 28/04/2011

NASCIMENTO, Alcineide Oliveira. Promoção da Cidadania Ativa e o Desenvolvimento de uma Cultura de Paz e de Direito. Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Palmares: EQUIP, 2011.

PANTOJA, Gleidson Alves. Passos para uma Metodologia do Serviço Social nas Áreas da Educação e da Cultura. Belém: UFPA, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. Digitado.